

Chris Harman e o capitalismo zumbi

Eleutério Prado¹

Nesta nota de leitura, pretende-se apresentar o sentido geral das teses contidas no livro de Chris Harman, de 2009, que tem o seguinte título: *Zombie capitalism – global crisis and the relevance of Marx*. Neste texto, em cerca de 350 páginas, este autor visa explicar o desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, mantendo fidelidade ao pensamento de Marx. Antes de tudo, é preciso explicar o termo insólito contido no próprio título da obra que pode ser assim traduzido: *capitalismo zumbi – crise global e a relevância de Marx*. Zumbi, por quê? Ele mesmo fornece a razão:

Os economistas escrevem que o “mercado faz isso” ou que o “mercado faz aquilo”. Mas o mercado advém somente como produto da reunião de muitos atos separados da atividade humana criativa – trabalho. O que o modo de dizer dos economistas disfarça é que esses atos já se transformaram numa máquina que domina os seres humanos por eles responsáveis, atirando o mundo numa direção que as pessoas em sã consciência nunca desejariam estar. Em face da crise financeira que começou em 2007, alguns comentaristas econômicos começaram a falar em “bancos zumbis” – instituições financeiras que se encontravam no “estado de morto-vivo” e que eram incapazes de exercer qualquer função positiva, representando uma ameaça a tudo o mais. O que não reconhecem é que o capitalismo do século XXI como um todo é um sistema zumbi, o qual se encontra morto para o efeito de atingir objetivos humanos e de responder a sentimentos humanos, mas que é capaz de exercer atividades causadoras de caos em seu próprio entorno. (p. 12).

Para apresentar a sua visão do capitalismo contemporâneo, Harman faz um longo percurso expositivo: ele trata, inicialmente, de alguns conceitos importantes encontrados na obra econômica de Marx, os quais fazem referência às tendências autocontraditórias da acumulação de capital (a teoria das crises); apresenta depois, em grandes traços, a história do capitalismo no século XX (a II Grande Depressão e a Idade Dourada); em sequência, discute o período iniciado na década dos anos 70, o qual caracteriza como uma etapa marcada pela instabilidade global. Numa última parte, ele discute os novos limites do capital (a crise ecológica) e o futuro da humanidade; nessa parte, finalmente, caracteriza o capitalismo atual como um sistema descontrolado. Aqui, tendo em mente os contornos do objetivo proposto, será preciso se concentrar no capítulo em que ele trata do período mais recente, o qual se inicia em 2007. Na literatura corrente de interpretação marxista – é preciso lembrar – este período tem sido caracterizado pelos fenômenos da financeirização, do domínio do capital financeiro e das bolhas especulativas, etc.

¹ Professor aposentado da USP. Correio eletrônico: eleuter@usp.br. Este é um texto com muitas partes traduzidas do original e que visa tão somente difundir, no seio do pensamento crítico desenvolvido no Brasil, uma interpretação relevante do capitalismo contemporâneo – da primeira grande crise do século XXI e do futuro desse sistema que está bem descontrolado.

Não serão mencionados aqui os fatos históricos que caracterizaram o período, já que eles, mesmo se de modo algo enuviado, estão ainda presentes na memória daqueles a quem interessa esse tema. Diferentemente, para mostrar o sentido de sua intervenção na discussão da grande recessão iniciada em 2007, selecionam-se alguns trechos de seu livro com a intenção de revelar a sua visão desse momento histórico. Em contraposição às visões de vários outros autores, para Harman, está-se diante de uma profunda crise do modo de produção capitalista:

A grande crise que irrompeu em 2007 levou aqueles que se alegraram com as maravilhas do capitalismo durante o período da grande ilusão a tentar por a culpa em alguma outra coisa que não o capitalismo enquanto tal. O meio mais fácil de fazer isso é acusar ‘os bancos’ ou ‘a finança’, separando-os do resto do sistema capitalista. (p. 292).

Tais argumentos levam a uma simples conclusão: o modo de impedir crises financeiras futuras é regular melhor a atividade financeira. Esta é a resposta de muitos economistas *mainstream* – sejam eles antigos monetaristas ou keynesianos moderados – a qual aparece repetidamente na discussão travada nas páginas do *Financial Times* sobre o grau de regulação que é possível e necessário. Esta é também a resposta de alguns analistas da esquerda reformista. (p. 292).

Mais à esquerda, a subida da atividade financeira levou a reemergirem velhas noções de Hobson, Hilferding e Kautsky que atribuem a “finança” ou ao “capital financeiro” um interesse distinto em relação ao capital produtivo. A organização francesa ATTAC iniciou campanhas no final dos anos 1990 com a finalidade de se opor à especulação financeira – e não ao capitalismo enquanto tal. A sua demanda central era a ‘taxa Tobin’ que incidiria no movimento dos fundos financeiros entre as fronteiras nacionais. Isto conteria – afirmavam as campanhas – as crises financeiras. (p. 292-293).

O argumento ‘condenar a finança’ ressoou entre marxistas radicais. Duménil e Lévy descreveram o ‘neoliberalismo’ como ‘expressão ideológica do poder reassegurado da finança’, o qual ‘dita as suas formas e conteúdos no novo estágio de internacionalização’. O tom de James Crotty mostrou-se muito similar, pois ele argumentava que ‘os interesses financeiros se tornaram muito mais poderosos econômica e politicamente e... que essas tendências ocorriam simultaneamente à deterioração do desempenho da economia real’. (p. 293).

François Chesnais escreveu sobre ‘um regime global de acumulação dominado pela finança’, no qual ‘o movimento do capital-dinheiro se tornara uma força completamente autônoma vis-à-vis do capital industrial; ela forçara este último a aceitar ‘ou profunda inter penetração do capital-dinheiro ou completa submissão às suas exigências’. Ele acolheu a expressão de Mable, Barré e Boyer segundo a qual o ‘mau capitalismo’ foi capaz de escorrer o ‘bom’. Como revolucionário socialista, ele não considerou a velha forma de capitalismo como ‘boa’ (e por isso colocou-a entre aspas). Mas ele argumentou que a finança deveria ser condenada pela ‘dinâmica pobre e medíocre do investimento...’ (p. 293).

Como se vê, Chris Harman faz referência a diversos autores que habitam o espectro da esquerda, mais ou menos radicais, mostrando que muitos deles escreveram ardorosamente sobre o capitalismo contemporâneo com o coração batendo forte pelo

keynesianismo. Eis que o keynesianismo, depois de sua propalada demissão pelo neoliberalismo, deixara um bocado de saudade...

A compreensão da financeirização variou consideravelmente em seus detalhes. Porém, todas elas compartilharam a certeza de que a ‘dominância’ da ‘finança’ trouxe uma mudança na dinâmica do sistema. O capital produtivo – argumentou-se – preocupava-se com a acumulação produtiva. No começo dos anos do pós-guerra isto ocorreu por todo mundo industrializado, mesmo se o capitalismo estava organizado de vários modos: nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, as corporações industriais usaram os lucros gerados internamente para fazer investimentos de longo prazo; no Japão e na Alemanha Ocidental, a colaboração com os bancos financiou os investimentos na produção. Porém, com o surgimento dos fundos de investimento e da ‘dominância’ financeira, tudo mudou. A situação, agora, passou a ser de pressão para que as empresas liberassem rapidamente retorno para os acionistas (valor do acionista) por meio do pagamento de altos dividendos e de medidas que assegurassem um alto preço das ações (elevando, assim, os ganhos de capital dos acionistas), assim como fazendo com que os governos e bancos nacionais mantivessem altas as taxas de juros. (p. 293-294).

Nessa perspectiva era preciso aprovar os ganhos do capital quando este operava na esfera da produção, condenando ao mesmo tempo os seus ganhos na esfera financeira:

Crotty, Gerald Epstein e Arjun Jayadev abordaram o tema debatendo contra o crescimento das rendas de propriedade e do ‘poder rentista’. Eles retomaram o uso dado por Keynes ao termo rentista para se referir aos ‘cavalheiros ociosos’ que recebiam pagamentos de juros e dividendos pelo correio, sem fazer nada. Porém, agora, os rentistas eram ‘os fundos mútuos, fundos de pensão públicos e privados, as companhias de seguros e outros investidores institucionais’. (p. 294).

Costas Lapavitsas, que produziu um excelente registro factual do desenvolvimento da crise financeira de 2007-2008, deu ênfase, entretanto, à explicação de seus aspectos puramente financeiros – em particular, à mudança de comportamento do sistema bancário, que deixou de emprestar à indústria para fazê-lo aos indivíduos, confiando nas novas tecnologias computacionais. Ele argumentou que a ‘exploração direta’ dos consumidores pelos bancos havia se tornado uma das maiores fontes de mais-valia que influenciava a dinâmica do sistema. Essa forma de ‘exploração’, tal como aquela dos supermercados que forçam a subida dos preços, só é significativa se os trabalhadores não lutam para proteger o poder de compra de seus salários na esfera da produção (...) [incluindo neles a necessidade de pagar o custo dos empréstimos]. Ou, como diria Marx, somente há um aumento da exploração se os capitalistas que empregam trabalhadores adquirem a força de trabalho por menos de seu valor. (p. 294).

Em sequência, Chris Harman contesta a validade de vários pontos de apoio do marxismo keynesiano. Ele mostra que o mercado de ações não é tão relevante assim para o levantamento de fundos que financiam a acumulação de capital. Argumenta que os fundos de pensão não têm, na verdade, um papel muito importante nas tomadas de

decisão feitas pelas gerências das empresas. Mais importante, sustenta que o aumento dos dividendos, mesmo se reduz o lucro retido, não produz por si mesmo uma queda do nível dos investimentos. Diferentemente, “os acionistas ‘rentistas’ podem destinar uma porção substantiva de seus ganhos para novos investimentos – e o farão sempre que julgarem serem eles suficientemente lucrativos”. E acrescenta:

Mesmo Crotty sugere em certo momento que a ‘financeirização’, por aumentar a competição entre as empresas, ‘coage’ o investimento a aumentar. Ademais, é certo que as grandes instituições financeiras não se opõem em princípio aos investimentos produtivos (p. 295), [especialmente quando são muito importantes nos processos de financiamento em geral].

Chris Harman, nesse momento, dispõe-se a analisar criticamente os fundamentos históricos da ideia de ‘dominância financeira’:

A suposta dominância financeira sobre a produção é frequentemente constatada mediante referência à Reserva Federal dos Estados Unidos, sob o comando de Paul Volcker, que aumentou fortemente as taxas de juros em 1979. Boyer, Crotty, Chesnais, Duménil e Lévy, todos eles veem o ‘golpe do Volcker’ como um ponto de mudança decisivo. Duménil e Lévy enxergam aí uma grande vitória da finança, argumentando que, devido a ela, os juros permaneceram altos durante os anos 80 e 90. Implícito nesse argumento encontra-se a sugestão de que a finança em geral e os acionistas em particular sofreram muito durante as décadas do longo *boom*, tornando-se capazes de expressar este sentimento apenas com o ‘golpe’ do final dos anos 70. O argumento simplesmente não corresponde aos fatos históricos. As décadas imediatas ao pós-guerra foram de enorme autoconfiança dos capitalistas em todas as esferas. A ‘idade do ouro’ para o capitalismo industrial não foi um inferno vivo para os acionistas e para os financistas. Todos ganharam à medida que o crescimento dos investimentos produtivos se traduziu em ganhos seguros de capital no longo prazo. (p. 296).

Agora, então, é preciso explicar porque no correr dos anos 70 ocorreu uma oposição crescente entre os capitalistas – assim como entre seus defensores políticos e seus arautos na mídia – à política econômica dita keynesiana.

As coisas mudaram de algum modo na crise dos anos 70. Os banqueiros norte-americanos e as multinacionais passaram a não gostar do modo como a resposta dada pela ‘macroeconomia keynesiana’ à crise dos anos 70 levou à inflação e à desvalorização do dólar. Porém, como apontou Robert Brenner, se essa política tivesse resolvido os problemas de lucratividade e de excesso de capacidade do capitalismo norte-americano como um todo, “seria inteiramente concebível que mesmo uma coalisão poderosa de interesses internacionais e domésticos, ao se opor a ela, teria falhado”. De fato, a abordagem keynesiana não foi satisfatória frente a esses objetivos capitalistas. Uma recuperação econômica limitada da recessão de 1974-76 aumentou o nível da inflação, a qual atingiu 13,3 por cento ao ano. Isto teve duas consequências negativas para todos os setores do capitalismo norte-americano. Encorajou provavelmente os trabalhadores a lutar por melhores salários. E minou a capacidade do dólar norte-americano de atuar como padrão de medida nas transações dos capitalistas norte-americanos entre si mesmos. Forçar a subida das taxas de juros significava

resolver ambos esses problemas – a redução do nível da atividade econômica assustava os trabalhadores, fazendo-os aceitar menores aumentos de salários (o que aconteceu), ao mesmo tempo em que baixava as taxas de inflação (o que, também, aconteceu). Isto permitiu que alguns setores financeiros ganhassem; trouxe, também, perdas para alguns outros setores do capital produtivo nos Estados Unidos. Porém, também, satisfez ao interesse geral de todos os capitalistas norte-americanos. (p. 296).

Chris Harman, neste momento, lembra que Marx reconheceu a importância da manutenção da estabilidade do padrão monetário – pois, o dinheiro é medida de valor –, sugerindo que o Estado, atuando como capitalista coletivo, é capaz de perseguir esse objetivo mesmo se isto causa danos à sociedade e aos próprios capitalistas individualmente. No terceiro volume de *O capital*, ele escreveu: “a depreciação do dinheiro de crédito perturba todas as relações existentes. Por isso, o valor das mercadorias costuma ser sacrificado com o propósito de assegurar a fantástica e independente existência do valor no dinheiro... Por alguns poucos milhões em dinheiro, muitos milhões de mercadorias precisam ser sacrificadas. Isto é inevitável sob a produção capitalista e se constitui em uma de suas maravilhas”.

O sofrimento de muitas centenas de milhões que resultou da elevação da taxa de juros, feita por Volcker, foi o preço a ser pago para restaurar uma medida de valor relativamente estável, a qual era do interesse do capitalismo norte-americano como um todo; ademais, ela ajudou a consolidar o controle dos Estados Unidos sobre o resto do mundo. O ‘golpe’ dado por Volcker (assim como a virada monetarista na Grã-Bretanha, feita por Thatcher) consistiu na mudança de uma política que supostamente ajudava a restaurar a lucratividade dos empreendimentos industriais – expansão da oferta de dinheiro capaz de produzir o crescimento dos preços e dos lucros – para outra política que encoraja a elevação das taxas de juros, com a finalidade de eliminar do sistema as firmas pouco lucrativas, pondo pressão nos trabalhadores desempregados para aceitar menor remuneração. O capital – e não apenas o capital financeiro – reconheceu que a ortodoxia keynesiana prevalecente no longo *boom* não mais dava conta da nova fase em que o capital (incluindo não apenas o capital industrial) se encontrava. (p. 297).

Quando se percebeu que essa manobra estava dando parcós resultados e se tornou claro que as altas taxas de juros estavam prejudicando seriamente a indústria norte-americana, Volcker derrubou-as – não somente por pressão dos industriais, mas também de certas frações financeiras. A tendência das taxas de juros reais de longo prazo no quarto de século seguinte foi de baixa – não de alta –, embora elas tenham permanecido acima dos níveis atingidos no longo *boom* até o ano 2000; depois dessa data, elas caíram, chegando aproximadamente a 1 por cento em 2003.

Em sequência, Chris Harman vai questionar seriamente a dicotomia feita usualmente por certos marxistas (e não marxistas) entre capital industrial e capital financeiro, como se eles fossem estrangeiros um ao outro e não dois irmãos que às vezes entram em conflito:

A tese como um todo de que há duas frações distintas de capital – capital financeiro e capital industrial – precisa ser desafiada. Muitas instituições

financeiras importantes não apenas emprestam dinheiro, mas também o tomam emprestado, pois fazem a intermediação entre emprestadores e tomadores de empréstimos. O que interessa para elas não é o nível absoluto da taxa de juros, mas a diferença existente entre as diversas taxas, particularmente entre as taxas de juros de curto e de longo prazo. Ademais, os empreendimentos industriais também emprestam, assim como tomam empréstimos. Tipicamente, eles acumulam excedentes entre surtos de novos investimentos, os quais eles emprestam em troca de um retorno com juros. Ademais, eles adiantam créditos para os atacadistas que compram os seus produtos. Em resumo, o capital industrial tem também alguns atributos de capital financeiro. Como Makato Itoh e Costas Lapavitsas apontaram “as receitas na forma de juros alcançam também os capitalistas industriais e comerciais, não sendo, pois, privilégio exclusivo de um grupo social determinado”. (p. 297-298).

Mas, se isto é verdade, então é difícil ver como as crises recorrentes das quatro últimas décadas – financeiras e industriais – poderiam ser de responsabilidade exclusiva da finança. Uma explicação coerente dessas crises tem de olhar o sistema como um todo, assim como o modo pelo qual as suas diferentes partes reagem umas às outras. É isto o que Marx tentou numa discussão longa, desconexa e inacabada no volume três de *O Capital*. É também o que Hilferding tentou fazer nos primeiros capítulos de seu livro, os quais tratam do “capital financeiro”. Essas descobertas precisam ser desenvolvidas para poder dar conta do extraordinário desenvolvimento da finança, das instituições financeiras e das crises financeiras no final do século XX e início do século XXI.

O livro de Chris Harman como um todo é uma tentativa de redirecionar a investigação das crises do capitalismo atual para caminhos mais rigorosos. Ele procura limpar o terreno do mato das ilusões reformistas para que ali venha a crescer a boa colheita do pensamento crítico radical. Para sugerir-lo como leitura para aqueles que querem compreender o momento econômico do mundo contemporâneo, deixa-se aqui uma mensagem final retirada de seu próprio texto:

“A finança” – para concluir – “é um parasita nas costas de um parasita, não um problema que possa ser tratado de modo isolado em relação ao capitalismo como um todo”.

Referências

Harman, Chris – *Zombie capitalism – global crisis and the relevance of Marx*. Chicago, Illinois: Haymarket Books, 2009.